

POLÍTICAS NEOLIBERAIS E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EJA

Luiza de Almeida da Cruz Campos - UFRRJ¹

Eixo: Políticas Públicas para EJA

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Neoliberalismo. Trabalho docente.

Introdução

Embora reconhecida legalmente como direito, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) permanece, historicamente, relegada a um lugar marginal nas políticas públicas brasileiras. Sua trajetória é marcada por uma oferta precarizada, descontínua e frequentemente reduzida a um caráter meramente compensatório (Ventura, 2011), expressão das contradições estruturais do capitalismo dependente e da crescente subordinação das políticas educacionais às diretrizes neoliberais, intensificadas sobretudo após o golpe de 2016.

Importante mencionar que o presente texto resulta de um recorte da nossa pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, dedicada à análise das condições de trabalho e saúde docente na EJA. Neste resumo, buscamos evidenciar como os problemas historicamente associados à modalidade se agravaram na atual fase do neoliberalismo brasileiro (Leher, 2023), com especial atenção aos efeitos da lógica mercantil sobre a organização do trabalho docente e ao consequente adoecimento psíquico e mal-estar (Esteve, 1999) dos professores que lecionam nessa modalidade de ensino. Para tanto, articulamos contribuições de autores como Laval (2019), Antunes (2018), Fontes (2021), Borges (2020) e Tiradentes (2012), que discutem a mercantilização da educação e a precarização do trabalho a partir de uma perspectiva crítica. Trata-se de um estudo teórico, de caráter qualitativo e bibliográfico, fundamentado no método do materialismo histórico-dialético.

Metodologia

A presente análise baseia-se no exame de obras clássicas e contemporâneas da tradição marxista, com ênfase nas contribuições de Antonio Gramsci, Florestan Fernandes, Ricardo Antunes e outros autores centrais ao debate sobre trabalho e educação. Foram selecionados livros, artigos e documento normativos – como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. E-mail: luiza.campos@ufrj.br

Lei 14.945/2024² – que evidenciam o avanço das políticas neoliberais sobre o trabalho docente, em especial no âmbito da EJA. A partir desse referencial teórico, estabelecemos mediações entre a mercantilização da educação, a intensificação da precarização do trabalho docente e o mal-estar psíquico vivenciado por professores que atuam nessa modalidade da Educação Básica.

Análise dos resultados

Embora algumas medidas recentes representem avanços, como a Resolução CNE/CP nº 4/2024 – que substitui a BNC-formação – observa-se que, apesar da retórica progressista, o documento preserva pressupostos alinhados à agenda global de reformas educacionais, tais como a centralidade das competências, a avaliação por desempenho e a padronização curricular. Além disso, a resolução apresenta limitações ao não contemplar de forma consistente as especificidades das diferentes modalidades, incluindo a EJA.

A Resolução CNE/CEB nº 6/2025, que revoga a Resolução nº 1/2021, introduz avanços ao priorizar a oferta presencial e restringir a ampliação da Educação a Distância (EAD), sinalizando um movimento de enfrentamento ao processo de desescolarização que tem incidido sobre a modalidade. Contudo, o documento mantém a vinculação à BNCC, o que reforça, mais uma vez, a padronização curricular e limita a construção de propostas mais adequadas às necessidades dos sujeitos jovens, adultos e idosos atendidos na EJA.

De modo geral, os resultados indicam que a intensificação do neoliberalismo na educação brasileira tem aprofundado mecanismos de controle, regulação e padronização das práticas e da formação docente, favorecendo a inserção de racionalidades empresariais no interior das escolas públicas. No caso da EJA, tais dinâmicas se mostram ainda mais acentuadas em razão de seu histórico de negligência e da permanência de um paradigma compensatório que invisibiliza seu caráter de direito e de política de formação humana integral.

Autores como Laval (2019) e Leher (2021) ressaltam que o neoliberalismo redefine o papel do Estado, atribuindo ao mercado a responsabilidade pela formação dos trabalhadores. Na prática, o professor da EJA, além de enfrentar problemas estruturais que caracterizam a modalidade, é submetido a um modelo de trabalho burocratizado, intensificado e desprovido de autonomia. Esse processo tem contribuído para o surgimento de sentimentos de frustração, impotência e esvaziamento do sentido social do trabalho educativo.

² Lei que reestrutura o Ensino Médio no Brasil e revoga parcialmente a Lei 13.415/2017.

Considerações Finais

Os elementos analisados permitem afirmar que a EJA permanece profundamente atravessada pelas contradições estruturais do capitalismo dependente e pelas dinâmicas recentes de avanço da racionalidade neoliberal no campo educacional. Mesmo diante de ajustes normativos que aparentam responder a demandas históricas da modalidade, persistem dispositivos que reforçam a padronização curricular, a subordinação às competências e a incorporação de lógicas empresariais produzindo novos mecanismos de controle sobre o trabalho docente. Em vez de promover a valorização profissional e a construção de práticas pedagógicas contextualizadas, tais políticas contribuem para a manutenção de um modelo que fragiliza a autonomia docente e reproduz desigualdades educacionais já consolidadas.

Nesse cenário, torna-se evidente que os processos de precarização e intensificação do trabalho docente na EJA não são conjunturais, mas estruturais, resultantes da convergência entre o histórico de marginalização da modalidade e a consolidação de um projeto educacional alinhado ao neoliberalismo.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES, Kamylla Pereira. **Trabalho, precarização e adoecimento docente**. Curitiba: Ed. Appris, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 25 de maio de 2021**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Brasília, DF, 26 maio 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacao/pdf-arq/DiretrizesEJA.pdf. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília, DF, 3 jun. 2024. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Educação Digital. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º ago. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.945-de-31-de-julho-de-2024-575696390>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 17 de julho de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2025. Disponível em:

https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/julho-2025/rceb006_25.pdf. Acesso em: 27 nov. 2025.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

FONTES, Virgínia. Pedagogia do Capital. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa [et al.]. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER, Roberto. I Seminário Nacional do EMpesquisa – A reforma neoliberal do ensino médio: tempos difíceis para a escola pública. **YouTube**, live, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tHrn-XEJrNo&t=364s>. Acesso em: 15 out. 2025.

LEHER, Roberto. Mercantilização da educação básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital. **Revista Paradigma**, Vol. XLIV, Edição Temática Nro. 4: Políticas Educacionais em Tiempos de Mercantilización; Sept. de 2023.

VENTURA, Jaqueline Pereira. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. *In*: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber Livro; Niterói: EdUFF, 2011.